

JORNAL DO SERVIDOR

POR
MARTHA IMENES

Unafisco



Unafisco: análise preliminar pela própria Receita Federal

Sindicatos criticam penalidade antecipada a servidores

Após operação da Polícia Federal contra quatro servidores da Receita Federal, entidades sindicais criticaram punições antecipadas e defenderam rigor nas apurações, enquanto Receita e Serpro garantem que sistemas permitem rastreamento de irregularidades. Os servidores são suspeitos de vazamento de informações sigilosas de autoridades do Judiciário.

O Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco nacional) afirmou ver com preocupação o suposto vazamento, mas destacou que o acesso a dados sigilosos faz parte da rotina de trabalho dos fiscais e não configura quebra de sigilo quando devidamente motivado.

Direito à ampla defesa

O sindicato dos auditores reforçou que a divulgação indevida de informações é crime e deve ser punida, mas defendeu o direito ao contraditório e à ampla defesa dos envolvidos.

Segundo a entidade, a responsabilização deve ocorrer dentro do devido processo legal, garantindo defesa plena aos envolvidos e evitando medidas cautelares desproporcionais.

Divulgação/PF



Ação da Polícia Federal chegou a quatro servidores

Condução de investigações em xeque

A Unafisco Nacional, associação de auditores, por meio de publicação em seu site e por nota, criticou a forma como as investigações foram conduzidas e alertou para que os servidores não sejam transformados em “bodes expiatórios”. A entidade chama atenção para “a adoção de medidas cautelares gravosas contra Auditor-Fiscal em contexto ainda classificado como análise preliminar pela própria Receita Federal”. Os quatro servidores foram afastados e tiveram que entregar seus passaportes e tiveram seus nomes expostos.

Reintegração em 2018

A entidade lembrou casos anteriores, como o de 2019, quando dois auditores foram afastados sob acusação de vazamento e posteriormente reintegrados.

“A Receita Federal é órgão de Estado e seus servidores não podem ser submetidos a exposição pública ou constrangimentos institucionais antes da conclusão das apurações”, finalizou a Unafisco.

Receita

A Receita Federal informou que instaurou auditoria sobre o vazamento de dados de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) após solicitação da Corte em janeiro. O Supremo declarou que já identificou desvios preliminares e que há investigação em parceria com a Polícia Federal.

Serpro

O Serpro, responsável pela infraestrutura tecnológica, afirmou que seus sistemas são rastreáveis e permitem auditoria de irregularidades. A estatal destacou ainda que seus empregados não têm acesso ao conteúdo das bases de dados dos órgãos clientes, limitando-se à gestão tecnológica.

Declaração de IR

Um dos supostos documentos acessados foi a declaração de Imposto de Renda de Viviane Barsi Moraes, esposa do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que foi informado pela Receita que havia sido identificado acesso à declaração por um servidor do Serpro cedido à Receita.

Mapa de acessos

A polícia investiga agora se o objetivo da quebra de sigilo era de caráter político ou se eram de alguma outra natureza, como interesses financeiros. Além da esposa de Moraes, a PF rastreia acesso aos dados de mais de 100 pessoas ligadas aos ministros do Supremo. O órgão busca criar um mapa completo de acessos.

Estados

Os mandados da Polícia Federal foram cumpridos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. A operação foi autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes, que atendeu a um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). As identidades dos alvos das buscas ainda não foram divulgadas.

Inquérito 4.781

As investigações estão dentro do Inquérito 4.781, conhecido como inquérito das fake news. Esse inquérito foi aberto em 2019 para investigar a propagação de notícias falsas, denúncias caluniosas, ameaças e demais infrações. Após investigações preliminares foi proferida decisão em 26 de maio.



Decisão de Lula pode gerar atrito político com Motta

Lula barra penduricalho no serviço público

Presidente vetou reajustes previstos para 2027, 2028 e 2029

Por Martha Imenes

A decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de vetar parte do projeto que previa benefícios extras, os chamados “penduricalhos”, e reajustes futuros para servidores do Congresso Nacional e do Tribunal de Contas da União (TCU) expôs um ponto central da política salarial do setor público: o efeito cascata.

Embora tenha sancionado o aumento de cerca de 9% para 2026, Lula barrou reajustes previstos para 2027, 2028 e 2029, além de benefícios como a licença compensatória e pagamentos retroativos. O argumento do governo foi a necessidade de respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que impede a criação de despesas obrigatórias no fim do mandato.

Importante destacar que reajustes concedidos a carreiras do Legislativo e do Judiciário costumam servir de referência para outras categorias do serviço público. A cada avanço em gratificações ou adicionais para servidores públicos, abre-se espaço para reivindicações semelhantes em outros órgãos, pressionando o orçamento da União.

R\$ 33 bilhões

Desde maio de 2025, projetos aprovados no Congresso já representaram um acréscimo de R\$ 33 bilhões em gastos com o funcionalismo, ao prever rea-

justes para servidores dos Três Poderes e a criação de cargos e gratificações. O projeto parcialmente vetado teria impacto de R\$ 790 milhões em 2026.

Licença compensatória

O presidente também barrou a criação de licença compensatória com possibilidade de conversão em verbas pagas, resultando em valores que poderiam ultrapassar o teto constitucional do serviço público, hoje em R\$ 46,3 mil.

Entre os pontos vetados está a criação de uma licença compensatória destinada a servidores que acumulassem funções ou atividades extraordinárias. O texto aprovado pelo Congresso previa a possibilidade de converter dias de folga em pagamentos.

Também foram vetadas regras que autorizavam pagamentos retroativos de despesas continuadas e dispositivos que alteravam a forma de cálculo de aposentadorias e pensões.

Atrito político

O veto do presidente Lula pode gerar atrito político. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que o líder do governo, José Guimarães (PT-CE), participou da reunião que pautou a proposta e deu aval ao encaminhamento. O Palácio do Planalto, por sua vez, nega qualquer acordo para reajuste de servidores.